



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Simone Xavier Paiva de Sousa e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	RA TRT nº 048/2019 e Ato TRT SGP nº 175/2019
Data de instalação	4/6/2019
Data da última correição	20 de outubro de 2021
Período de correicionado	1º/10/2021 a 30/4/2022

Aos 24 dias do mês de maio de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 19/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação do Juiz titular, Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva, da Juíza substituta, Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de



1º/10/2021 a 30/4/2022 (7 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Humberto Halison Barbosa de Carvalho E Silva	1º/6/2019 - RA TRT nº 048/2019

1.1.2 Magistrada substituta fixa

Juíza Substituta Fixa	Fixação na Unidade
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	12/7/2019 – Ato TRT SCR nº 080/2019

1.2 Servidores lotados na Unidade

A 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **11** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Aguinaldo Rodrigues dos Santos	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	2/6/2019
Diego Bezerra Rodrigues	Técnico Judiciário	24/11/2021
Francisco de Assis Queiroz	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	2/6/2019
Giselle Tavares Dore Guimarães	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Titular	2/6/2019
Janduhy Carneiro Sobrinho	Técnico Judiciário	4/4/2022
Jane Amaral Albuquerque Guedes	Analista Judiciário – Secretário de Audiência	2/6/2019
Leigson Pereira de Araujo Costa	Técnico Judiciário – Assistente III	1º/6/2019
Maria Celia Geraldo Barbosa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/6/2019
Maricelma Apolinaria da Silva	Assistente V	2/6/2019
Patricia Feitosa Cruz	Técnico Judiciário – Calculista	18/10/2019
Suely Regina Araujo de Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/6/2019



A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe e, em algumas tarefas específicas, designa servidores para executar tarefas a exemplo “comunicação e expedientes”, visando dinamizar o trabalho, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 30/4/2022, um acervo processual de **1.165** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	561
Fase de Liquidação	261
Fase de execução	333
Cartas precatórias e de ordem	10
TOTAL	1.165

Verificou a Corregedoria Regional que a distribuição de casos novos de conhecimento no exercício de 2022 para a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem gerado discrepância em relação às demais unidades da jurisdição. Consultada a Setic, foi esclarecido que tal situação decorre, por exemplo, do reconhecimento de prevenção por conexão em dezenas de ações de cumprimento de sentença, no ano de 2021, para concretização da prestação jurisdicional outorgada em sede de ação coletiva, gerando para o sistema a necessidade de equalização dos acumuladores do PJe (parâmetro utilizado para a distribuição aleatória de processos e garantia de paridade entre as varas de uma mesma jurisdição).

Necessária se faz a adoção de providências no sentido de garantir a igualdade entre as varas de João Pessoa do quantitativo de casos novos, devendo a

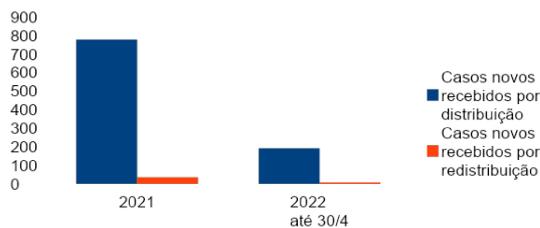


Secretaria da Corregedoria atuar perante a Setic para promover graduais ajustes.

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 30/4
Casos novos recebidos por distribuição	775	192
Casos novos recebidos por redistribuição	35	9
TOTAL	810	201

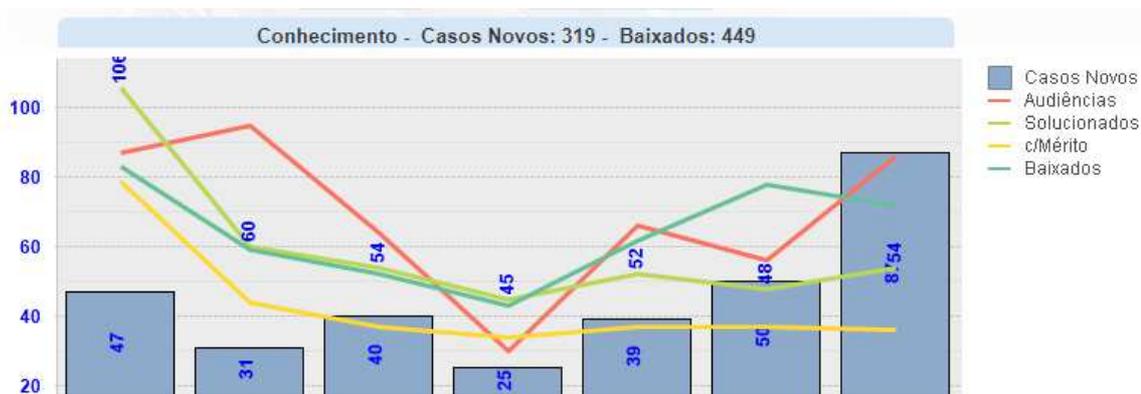


No período correccionado, há registro de 10 processos recebidos com sentença anulada pela instância superior, abaixo relacionados, e 01 com sentença reformada pela instância superior (0000510-49.2020.5.13.0026).

Processos recebidos com sentença anulada pela instância superior
0000083-03.2021.5.13.0031
0000532-29.2019.5.13.0031
0000512-04.2020.5.13.0031
0000154-39.2020.5.13.0031
0000533-77.2020.5.13.0031
0000384-59.2020.5.13.0006
0000384-81.2020.5.13.0006
0000103-28.2020.5.13.0031
0000501-38.2021.5.13.0031
0000502-57.2021.5.13.0031

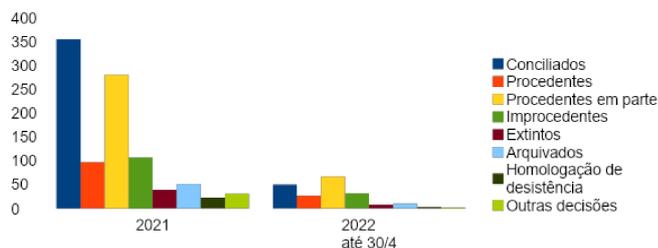


A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (outubro/2021 a abril/2022):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 30/4
Conciliados	354	50
Procedentes	97	27
Procedentes em parte	280	67
Improcedentes	107	32
Extintos	39	8
Arquivados	51	10
Homologação de desistência	23	3
Outras decisões	31	2
TOTAL	982	199

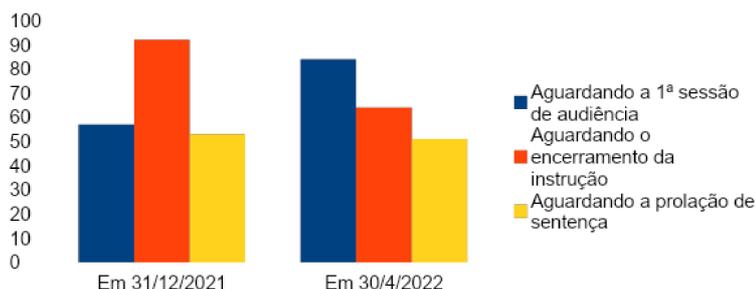




2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 30/4/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	57	84
Aguardando o encerramento da instrução	92	64
Aguardando a prolação de sentença	53	51
TOTAL	202	199



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 30/04	Varição (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	682	561	-8,20%
Fase de liquidação	18	261	24%
Fase de execução	299	333	-4,05%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1. Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	26	0	25	5	1
Conciliação em conhecimento	0	5	0	1	3
Conciliação em Execução	2	8	3	13	1
Una	42	118	37	27	5
Instrução	19	40	28	68	4

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, as audiências ocorrem de segunda a quinta-feira. Informou, ainda, que o juiz titular realiza pauta extra às sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correccionada
10/21	115	157	112	122	113	140	187	48	130	91	120	87	116	120,92
11/21	92	180	132	106	128	186	306	82	139	127	123	95	115	143
12/21	66	137	185	45	69	100	130	61	101	76	60	64	101	94,25
01/22	63	103	98	85	17	37	61	14	44	50	17	30	46	52,92
02/22	98	93	157	159	55	151	130	104	157	154	140	66	104	125,17
03/22	145	181	145	172	117	121	185	123	175	169	108	56	115	146,33
04/22	97	143	117	151	116	119	137	111	137	134	205	86	125	132,67
TOTAL	676	994	946	840	615	854	1136	543	883	801	773	484	722	815,25

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2021	2022 até 30/4
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	79	50
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	74	83
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	148	127
Da conclusão à prolação da sentença	19	32
Do ajuizamento até a prolação da sentença	161	168

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 30/4
Embargos de declaração	Recebidos	252	60
	Baixados	229	77
	Pendentes	32	14
Tutelas Provisórias	Recebidos	135	28
	Apreciadas	124	22
	Pendentes	3	3
Liquidação/ Execução	Recebidos	33	82
	Baixados	23	116
	Pendentes	10	30

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/10/2021 a 30/4/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	217	227	26
Recurso adesivo	16	17	-
Agravo de petição	22	19	3
Total	255	263	29



7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **154** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **222** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **176** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/04**, é de **148** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **224** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **180** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **161** dias, para o ano base de **2021**, e de **168** dias, relativo a este ano de **2022**, até 30 de abril.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **148** dias, e de **118** dias, referente ao **exercício atual** até o dia 30 de abril.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 30/4
Execuções pendentes no início do período	204	281
Execuções iniciadas	339	145
Desarquivados	36	31
Recebidos de outros Órgãos	1	1
Execução de título extrajudicial	-	2
Execuções encerradas	271	107
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	93	26
Total de processos pendentes de execução	281	321



A seguir, gráfico contendo a relação entre número de iniciados e de encerrados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (outubro/2021 a abril/22):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 30/4
Acordo	PJe	R\$ 4.413.546,23	R\$ 2.969.499,64
Espontâneo	PJe	R\$ 715.882,07	R\$ 339.900,64
Execução	PJe	R\$ 1.083.475,39	R\$ 459.174,56
TOTAL		R\$ 6.212.903,69	R\$ 3.768.574,84

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 30/4
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 133.689,37	R\$ 88.339,43
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 458.893,48	R\$ 232.246,18
Imposto de renda	PJe	R\$ 9.603,09	R\$ 5.430,99
TOTAL		R\$ 602.185,94	R\$ 326.016,60

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO



10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/10/2021 a 30/4/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	188
INFOJUD	PJe	29
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	66
BNDT	Pendentes (PJe)	121
	Incluídos (PJe)	52

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	116,27%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	101,79%
Unidade Correicionada	99,48%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **192** casos novos (por distribuição) e **191** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **99,48%**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	106,36% da Meta 2
	98,91% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º grau	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	104,19% da Meta 2
	96,9% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	104,56% da Meta 2
	97,24% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	110,48% da Meta 3
	42,54% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	81,21% da Meta 3
	78,61% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	73,37% da Meta 3
	59,11% de índice de conciliação



Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	131,13%

Meta 5/2022 – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2020

Unidades de primeiro grau do TRT	70,74%
Unidade Correicionada	74,37%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2022-01	43	15	303	184	87,57	92,46	89,36	
2022-02	62	34	275	189	72,37	79,41	75,08	
2022-03	78	34	246	201	57,34	70,77	62,69	
2022-04	72	39	261	212	50,58	63,47	55,65	

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e redução em 2022, enquanto que na fase de execução houve aumento entre os anos de 2020 e 2021, e, nos primeiros meses de 2022, proporcionalmente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Processos baixados	2020	2021	2022 até 30/04
Fase de conhecimento	600	871	255
Fase de execução	110	290	122

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 30/04)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	405
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	345
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	338
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	324
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	319
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	316
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	311
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	301
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	285
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	270
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	257
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	255
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	244



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 30/04)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	366
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	310
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	270
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	265
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	243
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	239
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	221
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	182
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	162
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	148
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	141
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	128
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	122

Deverá a unidade judiciária manter a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **57ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (498 varas no total), a unidade correccionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	10º	121º	3º	1º	28º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1º	5º	38º	3º	39º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	18º	18º	252º	2º	13º
13ª Região - PB - 12ª Vara de João Pessoa	25º	41º	45º	121º	38º	80º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	82,47	30,83	1.509,13
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	36,11	23,8	564,1
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	72,6	62,17	526,76
13ª Região - PB - 12ª Vara de João Pessoa	25º	167,12	83,5	146,45

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	342	800	8
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	904	90	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	780	495	8
13ª Região - PB - 12ª Vara de João Pessoa	25º	935	313	10

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 17/05/2022):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 2021	199°	128°	73°	1.062°	214°	420°
setembro 2021	129°	90°	66°	800°	158°	281°
dezembro 2021	215°	778°	59°	655°	109°	288°
março 2022	57°	133°	74°	419°	83°	228°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

Vara	Colocação no IGEST
13ª	29ª
11ª	51ª
12ª	57ª
3ª	67ª
10ª	201ª
7ª	206ª
6ª	212ª
5ª	296ª
1ª	326ª
9ª	364ª
2ª	437ª
4ª	440ª
8ª	482ª



Ainda para demonstrar os números obtidos pela 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a abril de 2022:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
168,3 dias	197,2 dias

Início ao encerramento da liquidação	
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
105,8 dias	232,6 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
119,1 dias	1.158 dias

Início à extinção da execução - ente público	
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
–	877,4 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
385,4 dias	1.048 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a abril/2022, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

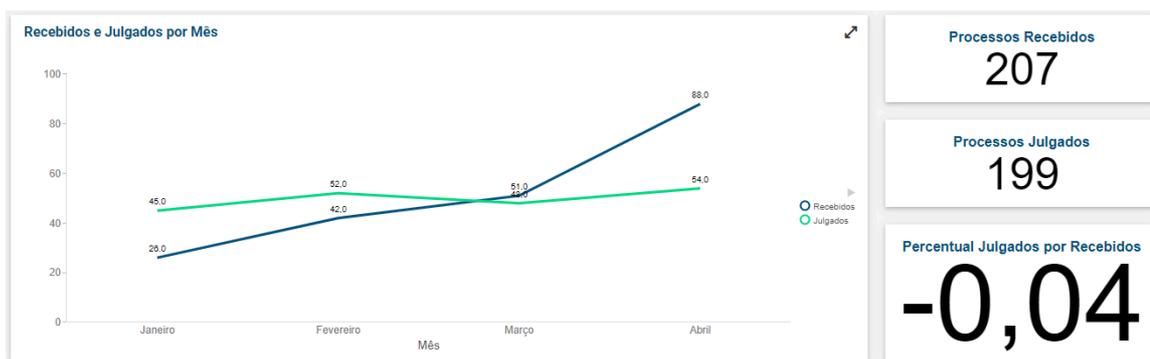


Percentual de processos julgados por recebidos	
12ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-3,9%	-5,2%

A seguir o gráfico da relação entre processos recebidos e julgados durante todo o ano de 2021:



Já o percentual de janeiro a abril de 2022 pode ser observado no gráfico abaixo:



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular (Fonte: SAOAdm)



Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	1º/10/2021 a 12/10/2021	10
Férias	SAOAdm	10/2/2022 a 1º/3/2022	20

Juíza Substituta (Fonte: SAOAdm)

Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	3/11/2021 a 22/11/2021	20
Férias	SAOAdm	7/3/2022 a 26/3/2022	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/10/2021 a 30/4/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Encerramento Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	93	51	2	52	-	5	203
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	138	108	-	5	5	20	276

13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	55	11	71	137
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	72	21	54	147



14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	46	25	61	28	2	9	6	7	184
Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	61	28	80	32	2	11	8	10	232

14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	222
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	154
Homologação da Transação Extrajudicial	22
Consignação em Pagamento	12
Ação Civil Coletiva	4
Produção Antecipada da Prova	2
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	85	98,84%
Humberto Halison Barbosa de Carvalho E Silva	103	95,37%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	170
Humberto Halison Barbosa de Carvalho E Silva	231



16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 27 dias

Magistrado	Total
Humberto Halison Barbosa de Carvalho E Silva	9
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	51

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 03/01/2022. O juiz titular destacou o cumprimento das Metas do CNJ, fruto do incremento das pautas de audiências e do monitoramento dos prazos. Ressaltou que determinou a análise dos processos na fase de execução com a finalidade de apurar eventuais falhas no arquivamento e sobrestamento de processos e que o baixo volume de processos na fase de liquidação é fruto da prolação de sentenças predominantemente líquidas.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição ->Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT13 SCR Nº 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre outubro de 2021 e abril de 2022 - 07 meses, os seguintes pagamentos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Devolução ao reclamado	R\$ 43.825,32
Pagamento ao reclamante	R\$ 107.612,58
Pagamento ao advogado	R\$ 66.059,11
Pagamento ao perito	R\$ 1.056,82
Outros beneficiários	R\$ 1.163,89
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 27.721,25
Recolhimento custas	R\$ 45.095,56
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 967,87
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 9,48
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 2.948,52
TOTAL	R\$ 296.460,60

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR N° 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000824-43.2021.5.13.0031, 0000154-17.2020.5.13.0006.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), os juízes Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva e Ana Beatriz não participaram de cursos voltados à conciliação e mediação, e apenas o titular realizou atividades de formação continuada, abaixo relacionadas.

Magistro	Descrição
HUMBERTO HALISON BARBOSA DE CARVALHO E SILVA	Inovação e inteligência artificial como ferramentas de modernização da Justiça – P. 10233, 10234 e 10235/2021 CFC sobre A Lei Geral de Proteção de Dados e suas Repercussões na Justiça do Trabalho e nas Relações Laborais – PROAD 19671/2020 WEBINAR: Algoritmos e plataformas digitais – P.21042.21 Justiça do Trabalho e Democracia – PROAD 22060.21

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD Nº 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
AGUINALDO RODRIGUES DOS SANTOS	TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO LIVE Nº 04/2021 PAINEL ON-LINE - SELIC, IPCA-E E JUROS: COMO FICAM OS CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A ADC Nº 58? / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
FRANCISCO DE ASSIS QUEIROZ	LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO DESSENDANDO O SISBAJUD / IGEX - INSTITUTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>GOIANO DE ESTUDOS JURÍDICOS</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJ-E 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
GISELLE TAVARES DORE GUIMARÃES	<p>TRT - PROVA E ÔNUS DA PROVA - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SAÚDE MENTAL E TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUÍTE) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - MODALIDADES DE CONTRATOS DE TRABALHO E NOVAS FORMAS CONTRATUAIS - ASPECTOS TEÓRICOS PRÁTICOS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - NOVAS PRÁTICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PANDEMIA, DIREITOS HUMANOS E TUTELA INTERNACIONAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS E PROTEÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
JANDUHY CARNEIRO SOBRINHO	<p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
JANE AMARAL ALBUQUERQUE GUEDES	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJ-E 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
LEIGSON PEREIRA DE ARAUJO COSTA	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
MARIA CELIA GERALDO BARBOSA	<p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p>
MARICELMA APOLINARIA DA SILVA	<p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITACAO E ORIENTACAO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIAO</p>
PATRICIA FEITOSA CRUZ	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
SUELY REGINA ARAUJO DE SOUZA	<p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

SERVIDOR SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO

DIEGO BEZERRA RODRIGUES

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 10 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

21. RECOMENDAÇÕES

Ao magistrado e à magistrada

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego,



com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;

d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e remessa de processos ao arquivo provisório.

2. Recomendações específicas

a) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

b) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes, e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;



c) aos magistrados, participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução e, à juíza Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim, cumprir a carga horária mínima de 30h por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

Ao Diretor de Secretaria

a) permanecer monitorando os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela unidade e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) providenciar a reestruturação da divisão de atribuições dos servidores, evitando-se que haja processos no PJe sem responsável cadastrado, o que pode contribuir para a existência de processos sem movimentação;

d) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;

e) providenciar a regularização de partes sem CPF/CNPJ, orientando os servidores a proceder à conferência quando do ajuizamento, devendo-se proceder à retificação, a exemplo dos processos 0000867-77.2021.5.13.0031, 0000860-85.2021.5.13.0031, 0000852-11.2021.5.13.0031, 0000808-89.2021.5.13.0031;

f) orientar a equipe a utilizar o Gigs para monitoramento de processos arquivados provisoriamente, bem como lançamentos de atividades daqueles que aguardam providências;

g) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;



Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;
- b) utilizar o Gigs para monitoramento de processos arquivados provisoriamente, bem como lançamentos de atividades daqueles que aguardam providências;
- c) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações que porventura atrasem a marcha processual, a exemplo do ocorrido nos processos 0000859-64.2019.5.13.0001 e 0000260-51.2021.5.13.000;
- d) aos assistentes de juízes, com regularidade, consultar incidentes pendentes no Hórus/e-Gestão com a finalidade de dirimir eventuais inconsistências, bem como os chips do PJe atinentes aos incidentes das fases de conhecimento, liquidação e execução;
- e) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- f) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.



Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (116,27%), 2 (106,36%), 3 (110,48%) e 5 de 2021 (131,13%), podendo-se observar que o volume de processos baixados na fase de conhecimento foi de grande relevância para o atingimento de todas as metas.

Observa-se que os prazos médios da fase de conhecimento no período correicionado mostraram-se elásticos em virtude, principalmente, do volume de processos mais antigos julgados, anteriormente paralisados.

O Corregedor destaca, ainda, a necessidade de a magistrada Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim buscar a significativa redução do prazo entre a conclusão e a prolação da sentença.

Em 2021, o prazo médio foi de 32 dias, enquanto que o prazo do juiz Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva foi de 07 dias. Já de janeiro a abril de 2022, o prazo da juíza Ana Beatriz Dias passou para 56 dias, e o do juiz Humberto Halison foi de 10 dias, conforme relatório do e-Gestão.

A evolução da 12ª Vara do Trabalho de João Pessoa no Igest é a demonstração de que, com trabalho planejado, os resultados podem ser alcançados. Em junho de 2021, a vara ocupava a 227ª posição, passando para 129ª em setembro, 215ª em dezembro e 57ª em março de 2022, chegando ao patamar das 100 melhores unidades judiciárias do país, motivo pelo que parabeniza toda a equipe pelos esforços para aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

A análise dos mesoindicadores demonstra o excelente desempenho obtido, especialmente, no item acervo, que passou da posição 778ª para a 133ª, ressaltando-se, ainda, o item produtividade que, embora ainda não tenha chegado ao primeiro quartil, passou da posição 655ª em dezembro de 2021 para a 419ª em março de 2022.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



ANEXO

VISTOS

0000186-78.2019.5.13.0031	0000331-66.2021.5.13.0031	0001059-10.2021.5.13.0031
0000639-39.2020.5.13.0031	0000227-74.2021.5.13.0031	0000711-89.2021.5.13.0031
0000401-20.2020.5.13.0031	0000632-81.2019.5.13.0031	0000110-83.2021.5.13.0031
0000750-26.2020.5.13.0030	0000579-03.2019.5.13.0031	0000858-86.2019.5.13.0031
0000710-75.2019.5.13.0031	0000262-34.2021.5.13.0031	0000375-22.2020.5.13.0031
0000102-46.2020.5.13.0030	0000530-25.2020.5.13.0031	0000070-72.2019.5.13.0031
0000822-44.2019.5.13.0031	0000859-64.2019.5.13.0001	

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000300-80.2020.5.13.0031	0000781-77.2019.5.13.0031	0000606-49.2020.5.13.0031
0000825-28.2021.5.13.0031	0000260-51.2021.5.13.0003	0000509-83.2019.5.13.0031
0000009-17.2019.5.13.0031	0000022-45.2021.5.13.0031	0000277-37.2020.5.13.0031
0000017-91.2019.5.13.0031		